

## ADVOGADO

Nível Superior



### CADERNO DE PROVA OBJETIVA

#### Instruções

- Verifique atentamente se este caderno de prova corresponde ao seu cargo de inscrição e se contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- Você dispõe de 3 (três) horas para realização da prova. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do cartão-resposta.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu cartão-resposta e este caderno de prova e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de prova no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos do tempo destinado à realização da prova.
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar a prova, chame o chefe de sala, devolva-lhe seu cartão-resposta devidamente assinado e deixe o local de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no cartão-resposta poderá implicar a anulação da sua prova.

#### INFORMAÇÕES:

- 9/10/2017 – Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

# PROVA OBJETIVA

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

Para responder às **questões de 1 a 5**, leia o texto a seguir.

#### Viciados em remédios

*A máquina de propaganda da indústria farmacêutica, a irresponsabilidade de muitos médicos e a ignorância dos usuários criaram um novo tipo de vício, tão perigoso quanto o das drogas ilegais: a farmacodependência*

Um dia, sem querer, você abre uma das gavetas do seu filho adolescente e encontra um cigarro de maconha. A sensação é de decepção, medo, angústia, seguida da terrível constatação: “Meu filho é um drogado”. Enquanto torce mentalmente para que ele não esteja viciado, você, sem perceber, se vê abrindo a gaveta de remédios para retirar o calmante que usa nos momentos de tensão, antevendo a inevitável e difícil conversa que precisará travar quando ele chegar. É nessa gaveta de medicamentos que você encontra o alívio para o corpo e a alma. São analgésicos para a dor, ansiolíticos para relaxar, anti-inflamatórios e até mesmo comprimidos de anfetamina usados para conter o apetite que tantas vezes você não consegue controlar naturalmente. Em meio ao nervosismo, você não se dá conta de que alguns desses remédios ingeridos diariamente podem causar mais danos e dependência que as substâncias que você conhece como “drogas ilícitas”.

Esteja certo: se um químico fizesse uma análise fria das substâncias encontradas na sua gaveta e na do seu filho, o garoto não seria o único a precisar de uma conversa séria sobre o perigo de se amparar em muletas psicoativas.

“Do ponto de vista científico, não há diferença entre um dependente de cocaína e um viciado em remédios que contêm anfetamina”, diz o psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, coordenador do Programa de Orientação e Assistência a Dependentes (Proad), da Universidade Federal de São Paulo. “Droga é droga, não importa se ela foi comprada num morro ou numa farmácia dentro de um shopping.” Se é assim, como explicar a extrema intolerância social diante das drogas ilícitas acompanhada de uma permissividade leviana diante de drogas prescritas pelos médicos (que coloca o Brasil no quinto lugar em consumo de medicamentos)? Afinal, precisamos mesmo de tantos remédios?

Segundo a maioria dos especialistas, a resposta é não. Apesar dos problemas de saúde da maioria dos brasileiros pobres, que mal conseguem ter acesso a alimentos básicos, e das doenças comuns entre a classe média e os ricos, o uso abusivo e irregular de medicamentos

crece numa velocidade preocupante. O número de farmácias *per capita* no país é um bom indicador do problema. Há uma drogaria para cada 3 mil habitantes, mais que o dobro do recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Ou seja: há mais pontos de venda de remédios no Brasil do que de pão — são 54 mil farmácias contra 50 mil padarias. Drogas químicas podem ser compradas por telefone e pela internet, com ou sem receita médica. Balconistas diagnosticam doenças e “tratam” pessoas com remédios da moda, dos analgésicos às pílulas contra impotência.

O resultado é alarmante: segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), o Brasil teve 22.121 casos de intoxicação, no ano de 2000, provocados pelo uso indevido de remédios, quase um terço de todos os casos registrados. “E isso é só a ponta do iceberg”, diz Rosany Bochner, coordenadora da instituição. “Como não recebemos informações de todos os estados e nem sempre os médicos assumem os erros de prescrição, esse número deve ser pelo menos quatro vezes maior.” Se ela estiver certa, o número de casos no Brasil passaria dos 100 mil. Nos Estados Unidos, onde a situação é bem mais grave, 1 milhão de pessoas são intoxicadas por medicamentos todos os anos. Com dados tão alarmantes, você deve estar se perguntando por que a população de lá não pressiona o seu governo a usar parte da fortuna usada no combate às drogas ilegais (no ano de 2000, foram 39 bilhões de dólares) em campanhas de prevenção de intoxicação por medicamentos. Boa pergunta.

“É que a gravidade desses dados termina sendo mascarada nas estatísticas”, diz a coordenadora do Sinitox. Ela explica que as pesquisas norte-americanas, por exemplo, classificam os casos de intoxicação por tipo de medicamento, separando analgésicos de antidepressivos e assim por diante. “Somados, os medicamentos também são a maior causa de intoxicação por lá”, diz Rosany. “Mas, devido a essa classificação, são os produtos de limpeza que aparecem como vilões em primeiro lugar, já que estão agrupados numa única categoria.”

Enquanto prevalece uma estranha cortina de silêncio sobre o problema, milhares de pessoas que ingerem medicamentos correm, sem saber, risco de se tornarem dependentes. Um problema que conta com a irresponsabilidade de alguns médicos e os interesses bilionários de uma das mais poderosas forças econômicas mundiais: a indústria farmacêutica.

(*super.abril.com.br*)

**QUESTÃO 1**

A expressão "muletas psicoativas", que aparece no segundo parágrafo do texto, é conotativa e faz referência:

- (A) às difíceis conversas que mães de adolescentes precisam ter com eles.
- (B) às análises frias feitas por químicos de substâncias ilícitas.
- (C) às relações conturbadas que os adolescentes costumam ter com eles mesmos.
- (D) ao uso de drogas lícitas ou ilícitas na tentativa de se sentir melhor.
- (E) aos graves problemas de saúde pública que as drogas representam.

**QUESTÃO 2**

Segundo o texto:

- (A) as dependências de cocaína e de remédios que contêm anfetamina são equivalentes sob o olhar científico.
- (B) a dependência por anfetamina é muito mais grave que a dependência por cocaína.
- (C) a dependência por cocaína é muito mais grave que a dependência por anfetamina.
- (D) a dependência por cocaína leva à dependência por anfetamina.
- (E) a dependência por anfetamina leva à dependência por cocaína.

**QUESTÃO 3**

Observe as afirmativas a respeito de passagens do quarto parágrafo do texto.

- I. A palavra "dos", em "apesar dos problemas de saúde da maioria dos brasileiros pobres", deveria ser substituída por "de os".
- II. A palavra "mal", em "mal conseguem ter acesso a alimentos básicos", poderia ser substituída por "nem bem".
- III. Na passagem "mais que o dobro do recomendado pela Organização Mundial de Saúde", seria possível escrever "mais do que o dobro".

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e III, somente.

**QUESTÃO 4**

Em relação ao processo de concordância verbal, na passagem "1 milhão de pessoas são intoxicadas por medicamentos todos os anos" (5º parágrafo), pode-se afirmar corretamente que:

- (A) está correto e o verbo "ser" concorda com o algarismo "1".
- (B) está correto e o verbo "ser" concorda com o núcleo do termo que se liga ao numeral "milhão".
- (C) está correto e o verbo "ser" concorda com o numeral "milhão".
- (D) está incorreto, já que o verbo "ser" concorda com "pessoas".
- (E) está incorreto, já que o verbo "ser" não poderia concordar com o algarismo "1".

**QUESTÃO 5**

Observe as duas ocorrências de "a", dos dois últimos parágrafos do texto.

- I. "Mas, devido a essa classificação, são os produtos de limpeza que aparecem como vilões em primeiro lugar [...]".
- II. "Um problema que conta com a irresponsabilidade de alguns médicos [...]".

Com base nelas, assinale a alternativa totalmente correta sobre o sinal indicativo de crase.

- (A) Em I, a ausência do sinal está correta, mas ele deveria ter sido empregado em II.
- (B) Em I, a ausência do sinal está correta e seu uso é facultativo em II.
- (C) Nas duas ocorrências, a ausência do sinal está correta.
- (D) Nas duas ocorrências, a ausência do sinal está incorreta.
- (E) Nas duas ocorrências, o uso do sinal é facultativo.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

Para responder às questões de 6 a 8, leia os quadrinhos a seguir.



### QUESTÃO 6

Após ler os quadrinhos, é possível afirmar corretamente que:

- (A) não há traços de coloquialidade.
- (B) no segundo quadrinho, a linguagem não verbal sugere que o caracol saiu devagar.
- (C) Joana considera sua situação menos grave do que julga o caracol.
- (D) o caracol associa o grito de Joana a um pedido de socorro pelo espirro.
- (E) o sentido de "coisinhas" não é preenchido ao longo dos quadrinhos.

### QUESTÃO 7

No segundo quadrinho, aparece a palavra "espere". Trata-se de:

- (A) forma verbal na segunda pessoa do singular do imperativo afirmativo.
- (B) forma verbal na terceira pessoa do singular do imperativo afirmativo.
- (C) forma verbal na terceira pessoa do singular do subjuntivo.
- (D) forma nominal de um verbo que pertence à primeira conjugação.
- (E) forma nominal que tem valor de adjetivo, apesar de pertencer à classe dos verbos.

### QUESTÃO 8

Releia esta fala dos quadrinhos:

*"Que tal uns florais pra essa ansiedade?"*

Sobre a palavra destacada nela, pode-se afirmar corretamente que é um:

- (A) pronome demonstrativo adequadamente empregado para se referir ao que está relacionado com o interlocutor.
- (B) pronome demonstrativo que participa adequadamente de um processo coesivo anafórico.
- (C) pronome demonstrativo que faz referência a elemento extratextual, apontando para um diálogo com o leitor.
- (D) pronome possessivo adequadamente empregado para se referir ao que está relacionado com o interlocutor.
- (E) pronome possessivo que, propositalmente, gera uma incoerência, fator responsável pelo humor dos quadrinhos.

Para responder às questões 9 e 10, considere o Manual de Redação da Presidência da República.

### QUESTÃO 9

O caráter público e a finalidade dos atos e dos expedientes oficiais levam à:

- (A) desobrigação do uso de pronomes de tratamento.
- (B) necessidade de que o texto seja o mais subjetivo possível.
- (C) obrigação de empregar a linguagem falada, mais próxima das comunicações espontâneas.
- (D) constatação de que existe um jargão, conhecido como "burocratês", obrigatoriamente preferível.
- (E) necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos textos.

### QUESTÃO 10

Há três tipos de expedientes oficiais que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma, já que seguem o chamado padrão ofício. Sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A única diferença entre o ofício e o aviso é que este é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, enquanto aquele é expedido para e pelas demais autoridades.
- II. Nem no aviso, nem no ofício, há vocativo, que invoca o destinatário.
- III. O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em níveis diferentes.
- IV. No memorando, o destinatário deve ser invocado apenas pelo nome, sem menção ao cargo que ocupa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I e IV, somente.

## Legislação

### QUESTÃO 11

Somente aos membros inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia será permitido o exercício de atividades profissionais farmacêuticas no País. Conforme disposto na Lei nº 3.820/60, em seu art. 15, para inscrição no quadro de farmacêuticos dos Conselhos Regionais é necessário, além dos requisitos legais de capacidade civil, atender aos que seguem abaixo, exceto:

- (A) ser diplomado ou graduado em Farmácia por Instituto de Ensino Oficial ou a este equiparado.
- (B) ter licença, certificado ou título, passado por autoridade competente, quando se trate de práticos ou oficiais de Farmácia licenciados.
- (C) estar com seu diploma registrado na repartição sanitária competente.
- (D) não ser nem estar proibido de exercer a profissão farmacêutica.
- (E) gozar de boa reputação por sua conduta pública, atestada por 3 (três) farmacêuticos inscritos.

### QUESTÃO 12

A Lei nº 3.820/60 estabelece, entre outras, as normas referentes às rendas dos Conselho Federal e dos Regionais. Sobre o assunto, leia as afirmativas.

- I. Constitui renda do Conselho Federal, entre outras fontes: 3/4 da taxa de expedição de carteira profissional; 3/4 das anuidades; e 3/4 das multas aplicadas de acordo com a presente lei.
- II. A renda de cada Conselho Regional será constituída do seguinte, entre outras fontes: subvenções dos governos, ou dos órgãos autárquicos ou dos paraestatais; 3/4 da renda das certidões; e qualquer renda eventual.
- III. O Conselho Federal destinará 1/4 de sua renda líquida à formação de um fundo de assistência a seus membros necessitados, quando inválidos ou enfermos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

### QUESTÃO 13

O Decreto nº 85.878/1981 estabelece, entre outras diretrizes, as atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos, dentre as quais está a de assessoramento e responsabilidade técnica em:

- I. estabelecimentos industriais farmacêuticos em que se fabriquem produtos que tenham indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnóstico, ou capazes de criar dependência física ou psíquica.
- II. órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se execute controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de produtos que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica.
- III. órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se pratiquem extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral.
- IV. depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) somente uma está correta.
- (C) somente duas estão corretas.
- (D) somente três estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

### QUESTÃO 14

Segundo a Lei nº 5.991/73, o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica recebe a denominação de:

- (A) Drogeria.
- (B) Ervanaria.
- (C) Farmácia.
- (D) Laboratório oficial.
- (E) Estabelecimento.

**QUESTÃO 15**

A Lei nº 5.991/73 dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e adota alguns conceitos. Sobre tais conceitos, analise as afirmativas.

- I. Droga - droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, e seus recipientes.
- II. Medicamento - produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.
- III. Insumo Farmacêutico - substância, produto, aparelho ou acessório cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

**QUESTÃO 16**

De acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. Referente ao assunto, avalie as afirmativas.

- I. As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; e os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos, têm legitimidade para interpor recurso administrativo.
- II. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- III. Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.
- IV. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) somente uma está correta.
- (C) somente duas estão corretas.
- (D) somente três estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

**QUESTÃO 17**

Sobre a forma, o tempo e o lugar dos atos do processo, definidos na Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- (B) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- (C) O reconhecimento de firma e a autenticação de documentos referentes ao processo são obrigatórios, para fins de validação e regularização.
- (D) O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.
- (E) Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

**QUESTÃO 18**

Com relação aos prazos mencionados na Resolução CFF nº 566/12, que rege o processo administrativo fiscal de determinação e exigência dos créditos pecuniários dos Conselhos de Farmácia, leia as afirmativas.

- I. Salvo disposição em contrário ou impossibilidade devidamente justificada, o Conselho Regional de Farmácia executará cada ato processual em até 15 (quinze) dias, a partir da instauração do processo. Tal prazo pode ser dilatado por mais 5 (cinco) dias, mediante comprovada justificativa.
- II. Os prazos serão contínuos, incluindo-se na sua contagem o dia do início e o dia do vencimento, devendo-se atestá-los mediante certidão lavrada pelo Conselho Regional de Farmácia e juntada ao processo.
- III. Os prazos se iniciam ou vencem no dia de expediente normal do órgão autárquico em que tramita o processo ou deva ser praticado o ato.
- IV. Começa a correr o prazo da ciência inequívoca da parte ou do interessado, sendo que, quando a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos, mediante certidão emitida pelo Conselho Regional de Farmácia, do aviso de recebimento ou termo de entrega da correspondência, podendo ser extraída do sítio eletrônico dos correios.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) somente uma está correta.
- (C) somente duas estão corretas.
- (D) somente três estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

**QUESTÃO 19**

Considerando-se as regras sobre as responsabilidades e a fiscalização estabelecidas pela Lei nº 13.021/14, analise as afirmativas.

- I. O proprietário da farmácia não poderá desautorizar ou desconsiderar as orientações técnicas emitidas pelo farmacêutico.
- II. Ocorrendo a baixa do profissional farmacêutico, obrigam-se os estabelecimentos à contratação de novo farmacêutico, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- III. Obriga-se o farmacêutico, no exercício de suas atividades, a proceder ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, internados ou não, em estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais, de natureza pública ou privada.
- IV. É defeso ao fiscal farmacêutico exercer outras atividades profissionais de farmacêutico, ser responsável técnico ou proprietário ou participar da sociedade em estabelecimentos farmacêuticos.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) somente uma está correta.
- (C) somente duas estão corretas.
- (D) somente três estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

---

ESPAÇO PARA RASCUNHO

**QUESTÃO 20**

Nos termos da Deliberação de Plenário nº 1.455/2014 – Regimento Interno do CRF-RS, no tocante às comissões, analise as afirmativas.

- I. As comissões que colaboram no desempenho das atribuições do Conselho Regional de Farmácia são permanentes ou temporárias.
- II. O Conselho Regional de Farmácia terá 3 (três) Comissões Permanentes: Comissão de Tomada de Contas, Comissão de Assistência Profissional e Comissão de Ética Profissional, sendo esta constituída por um Conselheiro, que a presidirá, e por 3 (três) farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia.
- III. O Conselho Regional de Farmácia terá comissões assessoras necessárias ao estudo e para opinar sobre assuntos profissionais que exijam conhecimentos técnicos específicos.
- IV. Cada comissão assessora será constituída de, no mínimo, 3 (três) farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia, de reconhecida capacidade profissional na área a ser objeto de análise e estudo, com mandato coincidente ao da Diretoria.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) somente uma está correta.
- (C) somente duas estão corretas.
- (D) somente três estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

---

ESPAÇO PARA RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

Sobre o Poder de Polícia, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Administração Pública pode executar suas decisões, sem recorrer previamente ao Judiciário, em razão do atributo da autoexecutoriedade.
- II. Para exercício do poder de polícia a Administração está autorizada a cobrar taxas e contribuições, consoante disposição constitucional.
- III. Condicionar o licenciamento de veículo ao pagamento das multas de trânsito corresponde a exemplo da utilização de meios indiretos de coação, considerados válidos no exercício do poder de polícia.
- IV. Pode-se dizer que o poder de polícia tanto pode ser discricionário (e assim é na maior parte dos casos) como vinculado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, III e IV, somente.
- (D) I e IV, somente.
- (E) todas.

### QUESTÃO 22

A retirada de um ato administrativo fundada no advento de nova legislação, que impede a permanência da situação anteriormente consentida, ocorre pela:

- (A) revogação.
- (B) anulação.
- (C) invalidação.
- (D) caducidade.
- (E) cassação.

### QUESTÃO 23

Sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.429/92.

- (A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não fica sujeito às cominações da lei de improbidade, consoante princípio da individualização da pena.
- (B) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para propor ação de improbidade administrativa, consoante disposição constitucional.
- (C) Nos termos da lei mencionada no enunciado, frustrar a licitude do concurso público é ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) Dar-se-á integral ressarcimento do dano somente nos casos em que a lesão ao patrimônio público decorrer de conduta comissiva dolosa do agente.
- (E) Qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade.

### QUESTÃO 24

A licitação é dispensável:

- (A) para aquisição de equipamentos e materiais fornecidos por produtor ou representante comercial exclusivo.
- (B) para contratação de qualquer profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) para restauração de objeto histórico, de autenticidade certificada, desde que compatíveis com ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (D) para contratação de serviço técnico, de natureza singular, destinado a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- (E) para contratação de serviço técnico, de natureza singular, para patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

**QUESTÃO 25**

Sobre o ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O motivo do ato administrativo pode ser conceituado como a circunstância de fato por meio da qual é deflagrada a manifestação de vontade da Administração.
- II. É defeso ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo, cabendo-lhe unicamente examiná-lo sob o aspecto de sua legalidade.
- III. Segundo entendimento do Supremo, a imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos absolutos do ato administrativo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) II, somente.
- (D) I, somente.
- (E) todas.

**QUESTÃO 26**

Relativamente à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos danos causados a terceiro, nos termos da teoria do risco integral.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas admite abrandamento. Pode ser afastada nas hipóteses de caso fortuito, força maior, ou ainda, se comprovada a culpa exclusiva da vítima.
- (C) Às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público não se aplica a regra constitucional, mas as regras de responsabilidade disciplinadas pelo direito privado.
- (D) O Estado responde objetivamente pelos danos que seus agentes, ainda que fora do exercício de suas funções, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (E) A responsabilidade civil do Estado e a responsabilidade criminal dos agentes públicos estão interligadas. Eventual absolvição do agente no juízo criminal afasta a responsabilidade civil do Estado.

**QUESTÃO 27**

Com relação aos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Segundo texto constitucional, a prática do terrorismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- II. Ao estabelecer que “é livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, a Constituição contempla norma de eficácia limitada.
- III. Segundo disposição constitucional, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente as ações populares propostas em face do Presidente da República.
- IV. De acordo com a Constituição, o brasileiro naturalizado pode ser extraditado em caso de crime comum praticado antes da naturalização.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e IV, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, III e IV, somente.
- (D) II, somente.
- (E) IV, somente.

**QUESTÃO 28**

Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) O CNJ e o Tribunal de Contas da União são órgãos do Poder Judiciário, segundo disposição expressa do texto constitucional.
- (B) Aos juízes é vedado exercer advocacia no Juízo ou Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (C) Os advogados que ingressam nos tribunais superiores pelo quinto constitucional adquirem vitaliciedade dois anos após efetivo exercício da carreira.
- (D) O Juiz goza de inamovibilidade; contudo, em casos de interesse público, pode ser removido por decisão da maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- (E) De acordo com o texto constitucional, o STJ é o órgão competente para processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.

**QUESTÃO 29**

Relativamente às Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Segundo texto constitucional, as comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.
- (B) As comissões parlamentares de inquérito podem ordenar a quebra do sigilo bancário, sempre com indicação concreta de fatos específicos e necessidade da medida.
- (C) Segundo jurisprudência do Supremo, o investigado intimado para depor perante CPI pode permanecer em silêncio, evitando-se a autoincriminação.
- (D) A comissão parlamentar de inquérito é competente para expedir decreto de indisponibilidade de bens de particular, consoante jurisprudência do STF.
- (E) De acordo com o STF, há impossibilidade jurídica de CPI praticar atos sobre os quais incida a cláusula constitucional de reserva de jurisdição, como a busca e apreensão domiciliar.

**QUESTÃO 30**

Considere situação hipotética em que um desembargador do Tribunal de Justiça de Rio Grande do Sul foi preso em flagrante. Eventual *habeas corpus* impetrado será processado e julgado, originariamente, pelo:

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
- (D) Conselho Nacional de Justiça.
- (E) Juiz Federal competente.

**QUESTÃO 31**

Sobre o Presidente da República, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O Presidente será submetido a julgamento perante o STF, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (B) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações penais comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
- (C) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) O Presidente não pode delegar o provimento e a extinção de cargos públicos federais a seus Ministros, pois são atos de competência exclusiva.
- (E) Nos termos da Constituição, compete privativamente ao Presidente nomear e exonerar Ministros de Estados.

**QUESTÃO 32**

Considere o seguinte: “O contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego” (art. 442, CLT). O texto legal consagra o princípio da:

- (A) primazia da realidade.
- (B) condição mais benéfica.
- (C) intangibilidade contratual.
- (D) imperatividade das normas trabalhistas.
- (E) continuidade da relação de emprego.

**QUESTÃO 33**

Sobre a duração do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) As variações de horário no registro do ponto sempre serão descontadas ou computadas como jornada extraordinária.
- (B) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho.
- (C) O exercício de atividade externa exclui o direito do empregado de receber horas extras, se a atividade for incompatível com a fixação de horário e tal condição for anotada na CTPS e no registro de empregado.
- (D) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo verbal ou escrito ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- (E) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 8 horas consecutivas para descanso.

**QUESTÃO 34**

Considerando as disposições da CLT, assim como o entendimento sumulado do TST, sobre período de descanso e férias anuais, assinale a alternativa correta.

- (A) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 horas consecutivas, que deverá sempre coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
- (B) Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, incluindo os elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento.
- (C) Segundo entendimento sumulado do TST, as faltas decorrentes de acidente do trabalho são consideradas para os efeitos de duração de férias.
- (D) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho por mais de 6 meses, embora descontínuos.
- (E) É facultado ao empregado converter 1/3 do período de férias em abono pecuniário, desde que requerido até 3 dias antes do término do período aquisitivo.

**QUESTÃO 35**

Com relação às provas no Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com a CLT, o parentesco até o quarto grau civil não prestará compromisso como testemunha no processo do trabalho.
- (B) A testemunha que for amigo íntimo de qualquer das partes não prestará compromisso e seu depoimento valerá como simples informação.
- (C) Admite-se depoimento de surdo-mudo que não saiba escrever por meio de intérprete nomeado pelo Juiz, ficando as custas a cargo da Defensoria Pública.
- (D) É defeso ao juiz arguir os peritos compromissados ou técnicos após a apresentação dos laudos.
- (E) Cada uma das partes, no procedimento ordinário e nos casos de inquérito para apuração de falta grave, observará o máximo de três testemunhas.

**QUESTÃO 36**

Com relação às partes e procuradores no Processo do Trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação de advogado com poderes para o foro em geral dá-se pela juntada prévia de instrumento de procuração, com firma reconhecida.
- II. De acordo com entendimento sumulado do TST, o jus postulandi das partes não alcança a ação rescisória e o mandado de segurança.
- III. O trabalhador que usou jus postulandi para propor ação e foi sucumbente em primeiro grau deve contratar advogado para interpor recurso ao Tribunal.
- IV. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público Estadual ou por curador nomeado em juízo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) todas.

**QUESTÃO 37**

Segundo entendimento sumulado do TST (Súmula 201), da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, em mandado de segurança, cabe:

- (A) recurso ordinário.
- (B) recurso de revista.
- (C) recurso especial.
- (D) agravo regimental.
- (E) apelação.

**QUESTÃO 38**

A respeito das normas constitucionais sobre o regime geral de previdência, analise as afirmativas a seguir.

- I. A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
- II. É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- III. Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
- IV. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, mesmo nos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, II, e III, somente.
- (E) todas.

**QUESTÃO 39**

Sobre os impostos e taxas, assinale a alternativa correta.

- (A) Na iminência ou caso de guerra externa, a União deve instituir impostos extraordinários, mediante lei complementar, desde que não tenham fatos geradores próprios dos impostos já discriminados na Constituição.
- (B) O sistema constitucional atual não admite instituição e majoração de imposto por ato do Poder Executivo, notadamente em razão do princípio da legalidade.
- (C) Admite-se constitucionalmente bitributação e *bis in idem* na hipótese de imposto extraordinário, instituído pela União, na iminência ou caso de guerra externa.
- (D) Segundo entendimento sumulado do STF, o serviço de iluminação pública pode ser remunerado por taxa, por se tratar de serviço específico prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.
- (E) Segundo texto constitucional, as taxas podem ter base de cálculo e fato gerado próprios dos impostos.

**QUESTÃO 40**

De acordo com a Constituição Federal, sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária identificar, respeitados os direitos individuais e, nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. O texto constitucional consagra qual Princípio?

- (A) Princípio da uniformidade.
- (B) Princípio da capacidade contributiva.
- (C) Princípio da vedação ao confisco.
- (D) Princípio da anterioridade.
- (E) Princípio da isonomia formal.

**QUESTÃO 41**

Sobre a obrigação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação acessória surge com o fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo.
- (B) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.
- (C) A obrigação principal decorre de legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse de arrecadação do tributo.
- (D) A obrigação principal decorre do fenômeno da subsunção e tem por objeto prestações negativas, impostas no interesse da arrecadação do tributo.
- (E) A solidariedade passiva tributária comporta benefício de ordem.

**QUESTÃO 42**

Com relação às limitações do poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão “papel destinado à sua impressão”, constante do art. 150, IV, *d*, da Constituição, estende-se aos livros com suportes em CD e outros meios eletrônicos.
- (B) A imunidade do art. 150, IV, *d*, da Constituição, estende-se somente aos livros de papel, consoante entendimento sumulado do Supremo.
- (C) A imunidade conferida aos templos não se estende aos cemitérios de cunho religioso, conforme jurisprudência do Supremo.
- (D) As imunidades tributárias não se estendem, em nenhuma hipótese, às fundações e às autarquias, por ausência de previsão constitucional.
- (E) Imunidade recíproca consiste na vedação constitucional que impede a União, os Estados e os Municípios de cobrar impostos sobre patrimônio de partidos políticos.

**QUESTÃO 43**

Relativamente aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo jurisprudência do STJ, o pseudônimo utilizado para atividades lícitas ou ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- (B) A publicação de biografias dispensa autorização prévia da pessoa biografada, consoante jurisprudência do Supremo.
- (C) Qualquer pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica, desde que haja determinação médica.
- (D) Se houver objetivo científico ou altruístico, é possível a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo.
- (E) A proteção dos direitos da personalidade, segundo entendimento do STJ, aplica-se igualmente às pessoas jurídicas.

**QUESTÃO 44**

Sobre a teoria geral dos contratos, analise as afirmativas a seguir.

- I. No contrato de adesão adota-se interpretação mais favorável ao aderente quando houver cláusulas ambíguas ou contraditórias.
- II. A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.
- III. De acordo com o Código Civil, a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- IV. A proposta não vincula o oblato.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e IV, somente.
- (E) todas.

**QUESTÃO 45**

Sobre as diferentes classes de bens, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os bens dominicais constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público e podem se alienados.
- (B) Apenas os bens dominicais estão sujeitos à prescrição aquisitiva, consoante disposição expressa do Código Civil.
- (C) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, não perdem o caráter de imóveis.
- (D) De acordo com o Código Civil, as energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
- (E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencem.

**QUESTÃO 46**

A tutela provisória de urgência:

- (A) quando requerida em caráter incidental, depende do pagamento de custas processuais e de honorários.
- (B) não pode ser efetivada mediante arresto ou sequestro por ausência de previsão legal.
- (C) conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- (D) perde automaticamente sua eficácia durante o período de suspensão do processo.
- (E) não pode ser concedida na sentença, pois perderia seu caráter de medida provisória.

**QUESTÃO 47**

Sobre as hipóteses de intervenção de terceiro, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontra.
- (B) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- (C) Segundo jurisprudência do STJ, é defeso a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na fase de cumprimento de sentença.
- (D) Acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.
- (E) De acordo com o CPC, o *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

**QUESTÃO 48**

Com relação ao processo de execução, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O executado que dificulta ou embaraça a realização da penhora pratica ato atentatório à dignidade da justiça, sujeito a multa não superior a vinte por cento do débito em execução.
- (B) No processo de execução, nos casos de ato atentatório à dignidade da justiça, o juiz fixará multa não superior a vinte por cento do débito, a qual será revertida em proveito do Estado.
- (C) Na desistência da execução, serão extintos a impugnação e os embargos que versarem apenas sobre questões processuais, pagando o exequente as custas processuais e honorários advocatícios.
- (D) A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.
- (E) De acordo com o Código de Processo Civil, os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.

**QUESTÃO 49**

A falsificação de cartão de crédito ou débito:

- (A) é conduta atípica.
- (B) equipara-se a falsificação de documento particular.
- (C) equipara-se a falsificação de documento público.
- (D) equipara-se a falsificação de moeda.
- (E) equipara-se a falsidade ideológica.

**QUESTÃO 50**

Sobre os crimes contra a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O crime de concussão, de acordo com o Código Penal, consiste em dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- II. No crime de peculato culposo a reparação do dano, realizada antes da sentença irrecorrível, reduz a pena pela metade.
- III. Para caracterização do crime de desobediência é imprescindível que o não atendimento à ordem judicial resulte prejuízo à Administração Pública.
- IV. Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) IV, somente.
- (E) nenhuma.

ESPAÇO PARA RASCUNHO